Sequência didática 2

Disciplina: História Ano: 8º Bimestre: 1o

Título: Locke e Hobbes

A. Introdução

Esta atividade pode estimular os alunos a entender o Iluminismo a partir da obra de dois filósofos esclarecidos: John Locke e Thomas Hobbes. Para isso, deverão realizar um trabalho de leitura e pesquisa sobre as obras de ambos os filósofos, buscando estabelecer semelhanças entre suas concepções. Espera-se que os alunos sejam capazes de compreender as diferenças entre uma proposta de monarquia absolutista e uma de monarquia parlamentarista.

B. Objetivos de aprendizagem

Identificar duas concepções de organização de estado distintas.

**Objeto** **de conhecimento**: A questão do Iluminismo e da ilustração.

**Habilidade trabalhada**: (EF08HI01) Identificar os principais aspectos conceituais do Iluminismo e do liberalismo e discutir a relação entre eles e a organização do mundo contemporâneo.

C. Tempo previsto

100 minutos (2 aulas de aproximadamente 50 minutos cada)

D. Recursos didáticos

Dicionário de Língua Portuguesa.

Caderno e lápis ou caneta.

Régua.

E. Desenvolvimento da sequência didática

**Etapa 1**

**Conteúdo específico:** análise de texto.

**Tempo previsto:** aproximadamente 100 minutos / 2 aulas

**Gestão dos alunos:** organizados em duplas

**Recursos didáticos:** caderno, lápis, régua, dicionário

**Habilidade:** (EF08HI01)

**Encaminhamento**

Para realizar esta etapa, os alunos devem ler o texto da página 22 do livro didático (“Thomas Hobbes e John Locke”) e montar um glossário com os conceitos mais importantes mencionados (oriente-os a consultar um dicionário, se necessário). Em seguida, sugere-se ao professor que organize um glossário coletivo e unificado com os termos de maior ocorrência. Para o desenvolvimento da atividade é fundamental que os alunos tenham compreendido os seguintes termos: Estado; soberanos; propriedade; contrato; sociedade civil; indivíduo.

Dando continuidade, a sala deve ser organizada em dois grupos. O primeiro irá analisar um trecho da obra *Leviatã*, de Hobbes, e o outro, um trecho de *Segundo tratado sobre o governo civil*, de Locke.

Seguem dois trechos sugeridos:

“O desígnio dos homens causa final ou fim último (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária (conforme se mostrou) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos”. (HOBBES, Thomas. *Leviatã* – Ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2004. cap. 17, p. 27.)

“Entretanto, ainda que se tratasse de um ‘estado de liberdade’, este não é um ‘estado de permissividade’: o homem desfruta de uma liberdade total de dispor de si mesmo ou de seus bens, mas não de destruir sua própria pessoa, nem qualquer criatura que se encontre sob sua posse, salvo se assim o exigisse um objetivo mais nobre que a sua própria conservação. O ‘estado de Natureza’ é regido por um direito natural que se impõe a todos, e com respeito à razão, que é este direito, toda a humanidade aprende que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deve lesar o outro em sua vida, sua saúde, sua liberdade ou seus bens; todos os homens são obra de um único Criador todo-poderoso e infinitamente sábio, todos servindo a um único senhor soberano, enviados ao mundo por sua ordem e a seu serviço; são, portanto sua propriedade, daquele que os fez e que os destinou a durar segundo sua vontade e de mais ninguém. Dotados de faculdades similares, dividindo tudo em uma única comunidade da natureza, não se pode conceber que exista entre nós uma ‘hierarquia’ que nos autorizaria a nos destruir uns aos outros, como se tivéssemos sido feitos para servir de instrumento às necessidades uns dos outros, da mesma maneira que as ordens inferiores da criação são destinadas a servir de instrumento às nossas.” (LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35.)

A questão que deve nortear a análise dos alunos em ambos os textos é: “Qual o principal problema apontado pelo filósofo e quais as sugestões para resolvê-lo?” Após as discussões, eles devem sistematizar as respostas, de maneira breve e individual, em seus cadernos.

F. Sugestões de leitura e *sites*:

**Para o professor**

WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os clássicos da política*. v. 1. São Paulo: Ática, 1995.

<<https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/valor>> (acesso em: 21 set. 2018).

**Para o aluno**

- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB, 1998.

- <<http://fazendohistorianova.blogspot.com/2017/05/revolucao-inglesa-e-iluminismo.html>> (acesso em: 21 set. 2018).

G. Sugestões para verificar e acompanhar a aprendizagem dos alunos

A avaliação deve acontecer durante todas as etapas. Considere o envolvimento dos alunos com as propostas, sua capacidade de trabalhar em grupo, o respeito às opiniões dos colegas e seu comprometimento com as atividades. Todos devem interpretar e analisar os textos. Observe também se eles conseguem relacionar os termos do glossário à leitura dos fragmentos. Avalie, ainda, a capacidade de articulação das discussões orais em linguagem textual. Caso algum deles apresente dificuldades, oriente-o a acessar o material complementar indicado nesta sequência didática e a refazer a atividade.

H. QUESTÕES PARA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES

1. Compare a noção de “soberano absoluto”, presente no pensamento de Hobbes, com a ideia de “poder legislativo”, oriunda da obra de Locke.

Resposta esperada: Enquanto Hobbes justifica a autoridade absoluta do soberano com base na necessidade de força para manutenção da paz; Locke organiza um governo baseado na divisão dos poderes, no qual o poder legislativo escolhido pela comunidade, e não pelo soberano, teria a importante função de criar as leis capazes de manter a paz e a segurança.

2. Compare a monarquia parlamentarista com a monarquia absolutista.

Resposta esperada: Na monarquia parlamentar, o exercício de poder político é dividido entre um monarca e um parlamento. Já nas monarquias absolutistas, o monarca concentra todos os poderes (legislativo, executivo e judiciário) em suas mãos.

I. FICHA DE AUTOAVALIAÇÃO

A tabela abaixo pode ser reproduzida na lousa. Peça aos alunos para copiá-la em uma folha de papel e a completarem com suas respostas.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| NOME COMPLETO:  TURMA: | | | |
| AUTOAVALIAÇÃO | SIM | PARCIALMENTE | NÃO |
| Participei das discussões com empenho? |  |  |  |
| Respeitei a opinião dos meus colegas? |  |  |  |
| Realizei as atividades propostas? |  |  |  |
| Compreendi as principais diferenças entre as filosofias de Hobbes e Locke? |  |  |  |